

ANALISTA EM GESTÃO PREVIDENCIÁRIA



LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

- É responsabilidade exclusiva do candidato a conferência de seus dados pessoais, impressos no Cartão de Respostas e no Caderno de Provas, em especial o nome, o número de inscrição, o número de seu documento de identidade, cargo pleiteado, assim como, a marcação e assinatura do seu Cartão de Respostas.
- Verifique se este caderno de prova contém **50** questões. Com cinco alternativas identificadas pelas letras **A, B, C, D e E** das quais apenas uma será a resposta correta.
- Preencha o Cartão de Respostas da prova objetiva utilizando caneta esferográfica azul ou preta, ocupando totalmente o campo de marcação, ao lado dos números, que corresponde à resposta correta. Conforme ilustração:
○●○○○

Atenção: Serão consideradas incorretas questões para as quais o candidato tenha preenchido no cartão resposta mais de uma opção, bem como questões em que o campo de marcação apresente rasuras, emendas ou que não esteja preenchido integralmente. Tenha muito cuidado para não danificar o código de barras utilizado na leitura óptica do Cartão de Respostas, por isso não **DOBRE, AMASSE ou MANCHE** o mesmo. O Cartão de Respostas será o único documento válido para a correção das provas objetivas, salvo à disposição do IDCAP.

- Os fiscais **NÃO** são autorizados a prestar informações de interpretação das questões. Sua função é apenas fiscalizar e orientar quanto ao funcionamento do certame.
- Ao concluir a prova, **entregue ao fiscal de sala o Cartão de Respostas da Prova Objetiva**, a não devolução implicará à eliminação sumária do candidato.
- **Assine a Lista De Presença, Cartão Resposta e transcreva a frase de segurança presente no Cartão Resposta da prova objetiva, sob pena de eliminação.**



NÃO SERÁ PERMITIDO:

- Folhear o caderno de provas antes da autorização do fiscal. Caso aconteça, implicará na eliminação do candidato.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- O uso de calculadoras, dicionários, telefones celulares, pen drive, fone de ouvido, relógio de qualquer espécie, recursos didáticos, aparelhos eletrônicos e bonés.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do Cartão de Respostas, devendo o candidato retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e bebedouros.



TEMPO DE PROVA:

- A prova objetiva terá duração máxima de **3h (três horas)**, incluído o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova **após 1 (uma) hora de seu início**.
- O candidato poderá **levar o caderno de provas 1 (uma) hora antes de seu término**. Antes desse horário, será permitido ao candidato levar apenas o **RECORTE DO RODAPÉ DA CAPA DA PROVA** (parte que contém espaço para preenchimento do gabarito).
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após a assinatura da ata de sala.

1	6	11	16	21	26	31	36	41	46
2	7	12	17	22	27	32	37	42	47
3	8	13	18	23	28	33	38	43	48
4	9	14	19	24	29	34	39	44	49
5	10	15	20	25	30	35	40	45	50

RASCUNHO

Benefícios de Servidores Públicos Civis e Militares

Questão 01

(Correta: D)

Conforme a Lei n.º 10.261/68 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, associe a segunda coluna de acordo com a primeira, que relaciona o termo com o conceito:

Primeira coluna: termo

1. Classe.
2. Carreira.
3. Quadro.

Segunda coluna: conceito

() É o conjunto de classes da mesma natureza de trabalho, escalonadas segundo o nível de complexidade e o grau de responsabilidade.

() É o conjunto de carreiras e de cargos isolados.

() É o conjunto de cargos da mesma denominação.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 1, 2, 3.
- (B) 2, 1, 3.
- (C) 3, 1, 2.
- (D) 2, 3, 1.
- (E) 3, 2, 1.

Questão 02

(Correta: D)

De acordo com a Lei n.º 9.717/98 – Dispõe sobre regras gerais sobre a organização e funcionamento dos Regimes Próprios da Previdência Social dos Servidores Públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, analise as assertivas e identifique as corretas.

Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

I. Realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.

II. Financiamento mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo e dos pensionistas, para os seus respectivos regimes.

III. Cobertura de um número mínimo de segurados, de

modo que os regimes possam garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio atuarial sem necessidade de resseguro, conforme parâmetros gerais.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

Questão 03

(Correta: B)

De acordo com a Lei n.º 10.177/98 – Regula o processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Os atos da Administração não serão precedidos do procedimento adequado à sua validade e à proteção dos direitos e interesses dos particulares.
- (B) A Administração Pública atuará em obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, interesse público e motivação dos atos administrativos.
- (C) Considera-se integrante da Administração centralizada estadual toda pessoa jurídica controlada ou mantida, direta ou indiretamente, pelo Poder Público estadual, seja qual for seu regime jurídico.
- (D) Nos procedimentos administrativos observar-se-ão, exclusivamente e somente a igualdade entre os administrados e o devido processo legal, especialmente quanto à exigência de publicidade, do contraditório, da ampla defesa e, quando for o caso, do despacho ou decisão motivados.
- (E) Não poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Questão 04

(Correta: A)

De acordo com a Portaria SPPREV n.º 25/2012 – Dispõe sobre novo procedimento para concessão de aposentadoria no Estado de São Paulo, determinando o envio de Processo de Aposentadoria SPPREV, que deve reunir documentos essenciais e suficientes para concessão do benefício de aposentadoria através de trâmite digital monitorado pelo Sistema de Gestão de Benefícios Previdenciários – SIGEPREV, e posterior fiscalização do Tribunal de Contas do Estado, tornando o procedimento dinâmico e célere, assinale a alternativa INCORRETA.

Os processos relativos à concessão de aposentadoria deverão ser autuados no órgão setorial/subsetorial de recursos humanos de cada órgão/entidade/Secretaria do Estado, devendo constar, na capa, as seguintes

informações:

- (A) Ato de nomeação/exoneração ou admissão/dispensa do servidor no serviço público estadual.
- (B) RG e CPF.
- (C) Nome do servidor.
- (D) Número do processo de origem.
- (E) Órgão/Entidade de origem e unidade de exercício.

Questão 05

(Correta: B)

De acordo com a Portaria MPS n.º 154/2008 – Disciplina Procedimentos sobre a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O ente federativo expedirá a CTC mediante requerimento formal do interessado, no qual não precisará esclarecer o fim e a razão do pedido.
- (B) O tempo de contribuição para Regime Próprio de Previdência Social - RPPS deverá ser provado com CTC fornecida pela unidade gestora do RPPS ou, excepcionalmente, pelo órgão de origem do servidor, desde que devidamente homologada pela respectiva unidade gestora do RPPS.
- (C) A CTC só poderá ser fornecida além dos períodos de efetivo vínculo ao RPPS, nos termos do Art. 40 da Constituição Federal.
- (D) As assinaturas necessárias na CTC não poderão ser eletrônicas.
- (E) É vedado ser certificados os períodos de afastamento, mesmo que o cômputo seja autorizado por lei e tenha havido a correspondente contribuição ao RPPS.

Questão 06

(Correta: A)

De acordo com a Emenda Constitucional 103/2019 - Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.
- (B) É admitida a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- (C) A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, não acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.

- (D) O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, sendo desnecessária a observância dos critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- (E) Em qualquer caso, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social, aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no Regime Geral de Previdência Social.

Questão 07

(Correta: C)

Em relação a criação e competência da SPPREV, analise as assertivas e identifique as corretas:

Fica vedado à SPPREV o desempenho das seguintes atividades:

I. Concessão de empréstimos de qualquer natureza, inclusive à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a entidades da Administração indireta e aos servidores públicos ativos e inativos, aos militares do serviço ativo, agregados ou licenciados, da reserva remunerada ou reformado, e aos pensionistas e demais empregados do Estado de São Paulo.

II. Celebrar convênios ou consórcios com outros Estados ou Municípios com o objetivo de pagamento de benefícios.

III. Arrecadação e cobrança dos recursos e contribuições necessários ao custeio dos regimes.

É correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 08

(Correta: E)

Em relação ao Conselho Fiscal do SPPREV, assinale a alternativa CORRETA.

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização e controle interno da SPPREV, competindo-lhe:

- (A) Aprovar os regimentos internos.
- (B) Aprovar o orçamento anual.
- (C) Manifestar-se sobre qualquer assunto de interesse da SPPREV que lhe seja submetido pela Diretoria Executiva.
- (D) Aprovar os Relatórios anuais da Diretoria Executiva e as demonstrações financeiras de cada exercício.

- (E) Analisar as demonstrações financeiras e demais documentos contábeis da entidade, emitindo parecer e encaminhando-os ao Conselho de Administração.

Questão 09

(Correta: D)

Considere as afirmativas relacionadas ao Código Civil, em relação aos tutores. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(__)O direito de nomear tutor compete aos pais, em conjunto.

(__)A nomeação deve constar de testamento ou de qualquer outro documento autêntico.

(__)É admitida a nomeação de tutor pelo pai ou pela mãe que, ao tempo de sua morte, não tinha o poder familiar.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

- (A) V, F, F.
- (B) V, V, V.
- (C) F, V, F.
- (D) V, V, F.
- (E) F, V, V.

Questão 10

(Correta: D)

Considere as afirmativas relacionadas a Lei Complementar n.º 1.354/2020 – Dispõe sobre as aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, nos termos do artigo 126 da Constituição do Estado de São Paulo, e dá outras providências. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

São dependentes do servidor, para fins de recebimento de pensão por morte:

(__)O cônjuge, o companheiro ou a companheira, na constância, respectivamente, do casamento ou da união estável.

(__)O companheiro ou a companheira, na constância da união homoafetiva.

(__)O filho emancipado, de qualquer condição.

Assinale a alternativa com a sequência correta.

- (A) F, F, V.
- (B) V, F, F.
- (C) F, V, F.
- (D) V, V, F.
- (E) V, V, V.

Questão 11

(Correta: D)

De acordo com Portaria MF n.º 393/2018, analise as assertivas e identifique as corretas:

I.O parcelamento consiste em uma nova consolidação do montante do débito parcelado, calculada a partir da diferença entre o valor originalmente consolidado do termo de parcelamento em vigor e o valor total das prestações pagas posteriormente, ajustadas a valor presente na data de formalização do termo em vigor, sendo essa diferença atualizada até a data de consolidação do parcelamento.

II.As assinaturas necessárias na CTC poderão ser eletrônicas, mediante utilização de certificação digital.

III.O ente federativo não poderá adotar os modelos de CTC e de Relação das Remunerações de Contribuições.

É correto o que se afirma em:

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 12

(Correta: D)

Considere as afirmativas relacionadas ao Decreto n.º 65.021/2020 - Dispõe sobre a declaração de déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência do Estado e dá providências correlatas. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(__)Para o fim de que trata o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 1.012, de 5 de julho de 2007, haverá déficit atuarial no Regime Próprio de Previdência do Estado quando não se verificar equilíbrio atuarial, caracterizado este último pela garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente, que, juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas, evidenciem a solvência do plano de benefícios.

(__)Fica atribuída competência ao Secretário de Projetos, Orçamento e Gestão para, com base no artigo 1º deste decreto e à vista do balanço patrimonial do Estado, declarar, mediante despacho fundamentado, déficit atuarial no Regime Próprio de Previdência do Estado..

(__)Excetuados os valores do salário mínimo e do teto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, os demais valores referidos no artigo 8º da Lei Complementar nº 1.012, de 5 de julho de 2007, serão reajustados conforme variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP.

Assinale a alternativa com a sequência correta.

- (A) V, V, F.
- (B) F, F, F.
- (C) F, V, F.

- (D) V, V, V.
- (E) F, F, V.

Questão 13

(Correta: A)

De acordo com a Lei n.º 10.261/68 – Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O chefe da repartição ou de serviço em que for lotado o funcionário é a autoridade competente para dar-lhe exercício.
- (B) A reversão é o reingresso no serviço público, decorrente da decisão judicial passada em julgado, com ressarcimento de prejuízos resultantes do afastamento.
- (C) Nomeação é o ato que investe o cidadão em cargo público.
- (D) O funcionário não poderá ser transferido de um para outro cargo de provimento efetivo.
- (E) As provas de habilitação serão realizadas pelo órgão encarregado dos concursos, para fins de transferência e de outras formas de provimento que impliquem em critério competitivo.

Questão 14

(Correta: C)

De acordo com a Lei Complementar n.º 1.010, de 01 de junho de 2007, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Cada Poder, órgão autônomo ou entidade fará as comunicações necessárias para que a SPPREV observe os direitos à integralidade e à paridade de remuneração, mesmo quando não assegurados.
- (B) A SPPREV vincula-se à Secretaria de Estado da Fazenda, que não a supervisionará.
- (C) A SPPREV terá como órgãos de administração o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal.
- (D) O ato que conceder a aposentadoria indicará as regras constitucionais, permanentes ou de transição, aplicadas, o valor dos proventos, mas não o regime a que ficará sujeita sua revisão ou atualização.
- (E) Aos servidores públicos ativos e aos militares do serviço ativo serão disponibilizadas, mensalmente, as informações constantes de seu cadastro individualizado, nos termos e prazos definidos em regulamento.

Questão 15

(Correta: A)

De acordo com a Lei Complementar n.º 1.010, de 01 de junho de 2007, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Diretor Executivo Presidente terá assento nas reuniões do Conselho de Administração, com direito a voz e com voto.

- (B) A Diretoria Executiva é o órgão de execução das atividades que competem à SPPREV.
- (C) No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal, que se reunirá mensalmente, poderá requisitar e examinar livros e documentos da SPPREV que se fizerem necessários, bem como, justificadamente, solicitar o auxílio de especialistas e peritos.
- (D) É vedado ao Conselheiro e ao Diretor Executivo o exercício simultâneo de mais de um cargo de administração na SPPREV.
- (E) O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês, com a presença da maioria absoluta de seus membros e deliberará por maioria simples dentre os presentes, cabendo ao Presidente do Conselho o voto de qualidade.

Questão 16

(Questão anulada)

De acordo com a Lei Federal n.º 13.954, de 16 de dezembro de 2019, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Os militares de carreira são aqueles da reserva que, no desempenho voluntário e permanente do serviço militar, tenham vitaliciedade, assegurada ou presumida, ou estabilidade adquirida nos termos da alínea "a" do inciso IV do caput do art. 50 desta Lei.
- (B) A remuneração na inatividade, calculada com base na remuneração do posto ou da graduação que o militar possuir por ocasião da transferência para a inatividade remunerada, a pedido, pode ser somente integral.
- (C) A remuneração do militar será calculada com base no soldo inerente ao seu posto ou à sua graduação, independentemente do cargo que ocupar.
- (D) O benefício da pensão militar é redutível.
- (E) Os militares temporários adquirem estabilidade e passam a compor a reserva não remunerada das Forças Armadas após serem desligados do serviço ativo.

Questão 17

(Correta: C)

De acordo com a Instrução Normativa SEPRT n.º 5, de 15 de janeiro de 2020 – Estabelece orientações a respeito das normas gerais de inatividade e pensões e das demais disposições relativas aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) É vedado o direito adquirido na concessão de inatividade remunerada aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, a qualquer tempo.
- (B) Os proventos do militar reformado por invalidez decorrente do exercício da função ou em razão dela são proporcionais.

- (C) A remuneração do militar transferido para a inatividade remunerada, salvo direito adquirido, será calculada com base na remuneração do posto ou da graduação que o militar possuir por ocasião dessa transferência.
- (D) Se aplica ao Sistema de Proteção Social dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios a legislação dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos
- (E) Compete exclusivamente ao SPPREV a cobertura de eventuais insuficiências financeiras decorrentes do pagamento das pensões militares e da remuneração da inatividade, que não tem natureza contributiva.

Questão 18

(Correta: E)

De acordo com a Lei Complementar n.º 452, de 02 de outubro de 1974 e alterações – Institui a Caixa Beneficente da Polícia Militar, estabelece os regimes de pensão e de assistência médico-hospitalar e odontológica e dá providências correlatas, analise as assertivas e identifique as corretas:

São dependentes do militar, para fins de recebimento de pensão:

I.O cônjuge ou o companheiro ou companheira, na constância, respectivamente, do casamento ou da união estável;

II.Os filhos, de qualquer condição ou sexo, de idade igual à prevista na legislação do regime geral da previdência social e não emancipados, bem como os inválidos para o trabalho e os incapazes civilmente, esses dois últimos desde que comprovadamente vivam sob dependência econômica do militar;

III.Os pais, em qualquer hipótese.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
(B) II e III, apenas.
(C) II, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) I e II, apenas.

Questão 19

(Correta: C)

De acordo com a Lei Complementar nº 1.013, de 06 de julho de 2007, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Será assegurada ao militar licenciado ou afastado sem remuneração a manutenção da vinculação ao regime próprio de previdência dos militares do Estado, mediante o recolhimento mensal da respectiva contribuição, observando-se os mesmos percentuais, e incidente sobre a remuneração total do cargo a que faz jus quando no exercício de suas atribuições, computando-se, para esse efeito, inclusive, as vantagens pessoais.
- (B) O militar afastado ou licenciado do cargo, sem direito à remuneração, terá suspenso o seu vínculo com o regime próprio de previdência dos militares do Estado enquanto durar o afastamento ou a licença, não lhe assistindo, neste período, os benefícios do mencionado regime.
- (C) O enteado e o menor tutelado não equiparam-se ao filho.
- (D) Em caso de atraso no recolhimento, serão aplicados os encargos moratórios previstos para a cobrança dos tributos estaduais, cessando, após 60 (sessenta) dias, as coberturas previdenciárias até a total regularização dos valores devidos, conforme dispuser o regulamento.
- (E) Para os óbitos ocorridos antes da data da publicação desta lei complementar, o cálculo da pensão devida ao dependente obedecerá as regras da legislação vigente na data do óbito.

Questão 20

(Correta: E)

De acordo com a Lei Complementar n.º 180/78 – Dispõe sobre a instituição do Sistema de Administração de Pessoal e dá providências correlatas, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O provimento mediante nomeação para cargos efetivos será precedido de indicação do Poder Executivo.
- (B) O funcionário ou servidor terá seu desempenho avaliado enquanto estiver afastado para prestar serviços junto a empresas, fundações, órgãos da União, de outros Estados e Municípios.
- (C) A admissão de servidores para o desempenho de funções de serviço público de natureza permanente não poderá condicionar-se à prévia convocação dos atuais funcionários ou servidores da respectiva unidade administrativa em Jornada Completa de Trabalho.
- (D) Nos casos de reintegração, de reversão, de aproveitamento e de readmissão, o funcionário não readquirirá o total de pontos obtidos e não será enquadrado na mesma referência em que se encontrava no cargo anteriormente ocupado.
- (E) O Sistema de Administração de Pessoal tem por objetivo considerar adequadamente a eficiência dos recursos humanos, respondendo às necessidades de planejamento, coordenação, execução e controle das atividades de administração de pessoal, em função do planejamento e da ação governamentais.

Questão 21

(Correta: D)

Considere as afirmativas relacionadas a Lei Complementar n.º 500/74 – Institui o regime jurídico dos servidores admitidos em caráter temporário e dá providências correlatas. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

Além dos funcionários públicos poderá haver na Administração estadual servidores admitidos em caráter temporário:

(__) Para o exercício de função-atividade correspondente à função de serviço público de natureza permanente.

(__) Para o desempenho de função-atividade de natureza técnica, mediante contrato bilateral, por prazo certo e determinado; ou trabalhos rurais, todos de natureza transitória.

(__) Para a execução de determinada obra serviços de campo a critério da Administração, para a execução de serviços decorrentes de convênios.

Assinale a alternativa com a sequência correta.

- (A) V, V, F.
- (B) F, F, F.
- (C) F, F, V.
- (D) V, V, V.
- (E) V, F, V.

Questão 22

(Correta: D)

Considere as afirmativas relacionadas a Lei Federal n.º 13.135/15. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(__) Perde o direito à pensão por morte, após o trânsito em julgado, o condenado pela prática de crime de que tenha dolosamente resultado a morte do segurado.

(__) O beneficiário de pensão cuja preservação seja motivada por invalidez, por incapacidade ou por deficiência somente poderá ser convocado para avaliação das referidas condições caso tenha motivo plausível, o que pode ocorrer a cada 5 anos.

(__) Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Assinale a alternativa com a sequência correta.

- (A) F, F, F.
- (B) V, V, V.
- (C) F, F, V.
- (D) V, F, V.
- (E) V, F, F.

Questão 23

(Correta: D)

De acordo com a Lei Federal n.º 7.713/88 – Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A tributação depende da denominação dos rendimentos, títulos ou direitos, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem dos bens produtores da renda, e da forma de percepção das rendas ou proventos, não bastando, para a incidência do imposto, o benefício do contribuinte por qualquer forma e a qualquer título.
- (B) É vedada a isenção do imposto de renda.
- (C) O imposto de renda das pessoas físicas será devido, anualmente, à medida em que os rendimentos e ganhos de capital forem percebidos.
- (D) Na apuração do ganho de capital serão consideradas as operações que importem alienação, a qualquer título, de bens ou direitos ou cessão ou promessa de cessão de direitos à sua aquisição, tais como as realizadas por compra e venda, permuta, adjudicação, desapropriação, dação em pagamento, doação, procuração em causa própria, promessa de compra e venda, cessão de direitos ou promessa de cessão de direitos e contratos afins.
- (E) Não poderão ser excluídas as despesas, relativas ao montante dos rendimentos tributáveis, com ação judicial necessárias ao seu recebimento, inclusive de advogados, se tiverem sido pagas pelo contribuinte, sem indenização.

Questão 24

(Correta: A)

De acordo com a Lei n.º 14.653/11 – Institui o regime de previdência complementar no âmbito do Estado de São Paulo, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o artigo 40 da Constituição Federal, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar, na forma de fundação, e dá outras providências., analise as assertivas e identifique as corretas:

I.A estrutura organizacional da SP-PREVCOM será constituída de Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

II.O regime de previdência complementar poderá também ser oferecido aos Deputados da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, mesmo que integrem outro regime próprio de previdência pública de qualquer ente da federação.

III.A integração ao regime de previdência complementar depende de adesão, mediante prévia e expressa opção do interessado por plano de benefícios instituído nos termos desta lei.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.

- (B) I, II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

Questão 25

(Correta: D)

De acordo com a Lei Complementar n.º 1.012/07, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A pensão atribuída ao filho inválido ou incapaz será devida enquanto durar a invalidez ou a incapacidade.
- (B) O valor inicial da pensão por morte devida aos dependentes de servidor falecido será igual à totalidade da remuneração no cargo efetivo em que se deu o óbito, ou à dos proventos do inativo na data do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, de que trata o artigo 201 da Constituição Federal, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela que exceder esse limite.
- (C) Fica assegurada a continuidade do pagamento aos atuais beneficiários de pensão enquanto mantiverem as condições que, sob a égide da legislação anterior, lhes garantia a percepção do benefício.
- (D) O ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-companheira não terá direito à pensão, mesmo se o servidor lhe prestava pensão alimentícia na data do óbito.
- (E) O enteado e o menor tutelado equiparam-se ao filho desde que comprovadamente vivam sob dependência econômica do servidor.

Relacionamento com o Segurado

Questão 26

(Correta: E)

Sobre as assertivas abaixo, classifique V, para as verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) O prazo máximo para decisão de requerimentos de qualquer espécie apresentados à Administração Pública do Estado de São Paulo será de 120 (cento e vinte) dias, se outro não for legalmente estabelecido.

(__) De acordo com a Lei n.º 13.460/2017, são direitos básicos do usuário dos serviços públicos da administração pública, a comunicação prévia da suspensão da prestação de serviço, sendo factível a devida suspensão em virtude de inadimplemento por parte do usuário que se inicie na sexta-feira, no sábado ou no domingo, bem como em feriado ou no dia anterior a feriado.

(__) As Ouvidorias dos órgãos e entidades prestadores de serviços públicos no Estado de São Paulo, apresentarão à autoridade superior, que encaminhará ao Governador, relatório semestral de suas atividades, acompanhado de sugestões para o aprimoramento do serviço público.

(__) A manifestação do usuário de serviço público será dirigida à ouvidoria do órgão ou entidade responsável e conterá a identificação do requerente. Caso não haja ouvidoria, o usuário poderá apresentar manifestações diretamente ao órgão ou entidade responsável pela execução do serviço e ao órgão ou entidade a que se subordinem ou se vinculem.

Após análise, marque a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- (A) V, V, F, F.
- (B) V, F, V, F.
- (C) V, F, F, V.
- (D) F, V, V, V.
- (E) V, F, V, V.

Questão 27

(Correta: B)

Os conselhos de usuários de serviços públicos constituem um instrumento de participação direta dos cidadãos na supervisão e avaliação de serviços. Conforme estabelecido pelo Art. 18 da Lei n.º 13.460/2017, os conselhos de usuários são órgãos consultivos dotados de diversas atribuições, EXCETO:

- (A) Acompanhar a prestação dos serviços.
- (B) Formular as consultas acerca dos serviços públicos prestado pelos órgãos/entidades.
- (C) Participar na avaliação dos serviços.
- (D) Contribuir na definição de diretrizes para o adequado atendimento ao usuário.

(E) Acompanhar e avaliar a atuação do ouvidor.

Questão 28

(Correta: E)

O cadastramento é um procedimento anual obrigatório para a atualização dos dados cadastrais. Deve ser realizado pelos inativos e pensionistas do Estado de São Paulo, de modo a garantir a continuidade do recebimento de seu benefício. Sobre a visita domiciliar de cadastramento, de acordo com Portaria SPPREV nº 372/22, é correto afirmar que:

- (A) Será dispensada a apresentação de laudo médico para a solicitação de visita domiciliar de cadastramento dos beneficiários com idade igual ou superior a 60 anos e para aqueles que se encontrarem internados em hospitais ou casas de repouso.
- (B) O servidor da SPPREV (São Paulo Previdência) ou funcionário da empresa designada pela autarquia para realização da visita domiciliar de cadastramento deverá, obrigatoriamente, apenas apresentar ao solicitante da visita a sua cédula de identidade.
- (C) Poderão solicitar a visita domiciliar de cadastramento, a ser realizada, exclusivamente, por servidor da SPPREV (São Paulo Previdência).
- (D) O pedido de visita domiciliar de cadastramento deverá ser formulado por meio do Tele atendimento ou por meio de outro canal a ser disponibilizado pela SPPREV (São Paulo Previdência). Deverá ser encaminhado, no prazo máximo de 30 dias a contar da realização do pedido de visita, o atestado médico que comprove a condição de impossibilidade de locomoção, sob pena de cancelamento do respectivo pedido.
- (E) O beneficiário, deverá realizar a solicitação de visita domiciliar de cadastramento e entregar o respectivo laudo médico que comprove a impossibilidade de locomoção, com antecedência mínima de 1 mês do seu aniversário, sob pena de suspensão do benefício.

Questão 29

(Correta: A)

De acordo com a Portaria SPPREV n.º 372/2022, os pensionistas universitários deverão encaminhar à SPPREV ou apresentar no escritório regional mais próximo, nos meses de _____ e _____, todos os documentos necessários para a realização do seu cadastramento semestral.

Marque a alternativa que preencha as lacunas corretamente.

- (A) Janeiro e julho
- (B) Março e novembro
- (C) Março e outubro
- (D) Julho e dezembro

(E) Janeiro e dezembro

Questão 30

(Correta: A)

De acordo com o Decreto nº 60.435/2014 da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, sobre a consideração de consignatária, consignante e consignado, associe as colunas 1 e 2, utilizando o código a seguir:

Coluna 1

- I.Consignatária.
- II.Consignante.
- III.Consignado.

Coluna 2

- (__)Administração Direta e Autárquica.
- (__)Servidor civil militar, ativo, inativo ou reformado e o pensionista, da administração direta e autárquica.
- (__)Entidade credenciada nos termos da legislação, destinatária dos créditos resultantes das consignações.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- (A) II, III, I.
- (B) II, I, III.
- (C) I, II, III.
- (D) I, III, II.
- (E) III, I, II.

Questão 31

(Correta: C)

Marque a alternativa correta, de acordo com a legislação específica do estado de São Paulo, que corresponde ao desconto facultativo na folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da administração direta e autárquica.

- (A) Custeio de benefícios e auxílios concedidos pela administração direta e autárquica.
- (B) Contribuição para previdência complementar do servidor público.
- (C) Contribuição e/ou mensalidade estatutária de entidade consignatária.
- (D) Contribuição para assistência médico-hospitalar e/ou odontológica dos militares do serviço ativo, da reserva remunerada ou reformados e de seus pensionistas.
- (E) Imposto de renda.

Questão 32

(Correta: E)

Nos moldes da legislação do Estado de São Paulo, é

vedado à entidade consignatária utilizar o seu código e suas espécies para descontos de natureza diversa daqueles que lhe tenham sido autorizados, no entanto, assim o fez. Dito isso, marque a alternativa correta sobre a penalidade que poderá ser aplicada à entidade consignatária, dentre outras, devido ter praticado infringência a norma regulamentadora.

- (A) A entidade será advertida e multada no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total consignado no mês anterior à notificação e terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados dessa notificação, para a sua regularização.
- (B) A entidade será advertida e multada no valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor total consignado no mês anterior à notificação e terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados dessa notificação, para a sua regularização.
- (C) A entidade será advertida e multada no valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor total consignado no mês anterior à notificação e terá o prazo indeterminado para a sua regularização.
- (D) A entidade será advertida e multada no valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor total consignado no mês anterior à notificação e terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados dessa notificação, para a sua regularização.
- (E) A entidade será advertida e multada no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total consignado no mês anterior à notificação e terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados dessa notificação, para a sua regularização.

Questão 33

(Correta: D)

Quanto tempo o servidor público civil e militar, ativo, inativo e reformado e o pensionista da administração direta e autárquica, terá o seu código de desconto excluído do sistema de consignação, devido a apresentação de insuficiência de margem consignável, em relação aos compromissos assumidos junto às entidades consignatárias? Marque a alternativa correta.

- (A) 3 (três) meses consecutivos.
- (B) 3 (três) meses descontínuo.
- (C) 6 (seis) meses descontínuo.
- (D) 6 (seis) meses consecutivos.
- (E) De 3 (três) a 6 (seis) meses consecutivos.

Administração e Finanças

Questão 34

(Correta: A)

Sabe-se que a mobilidade funcional nas carreiras de Analista/Técnico em Gestão Previdenciária dar-se-á mediante progressão, que se realizará anualmente, e promoção. Sobre a matéria, progressão e promoção, marque a alternativa CORRETA.

- (A) O interstício mínimo para concorrer à progressão, computado sempre o tempo de efetivo exercício do empregado público no grau da classe em que estiver enquadrado o emprego público, serão de 3 (três) anos.
- (B) Somente concorrerá à promoção o empregado público que estiver no último grau da classe anterior, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos no respectivo grau.
- (C) Progressão é a passagem do emprego público de um grau para o imediatamente superior, dentro da respectiva classe, mediante aprovação em prova de conhecimentos específicos, obedecidos os interstícios, a periodicidade e as demais condições e exigências a serem estabelecidas por ato específico da SPPREV (São Paulo Previdência).
- (D) Poderão ser beneficiados com a progressão ou promoção até 15% (quinze por cento) do contingente integrante de cada grau da respectiva classe da carreira, existente na data de abertura de cada processo. E, quando o contingente integrante de cada grau ou classe for igual ou inferior a 5 (cinco) empregados, poderá ser beneficiado com a progressão ou com a promoção 1 (um) empregado, desde que atendidas as demais exigências legais.
- (E) Promoção é a elevação do emprego público à classe imediatamente superior da respectiva carreira, mediante avaliação de desempenho a ser regulamentada por ato específico da SPPREV (São Paulo Previdência), aprovado pelo Conselho de Administração da entidade.

Questão 35

(Correta: D)

De acordo com a Lei complementar nº 847/1998, o qual institui o "POUPATEMPO - Centrais de Atendimento ao Cidadão" - Programa do Governo do Estado de São Paulo que se caracteriza pela inovação nas maneiras de atender ao cidadão, na busca de transformações essenciais a qualidade dos serviços prestados pelos diversos órgãos e entidades públicos. Desta forma, sobre as atividades desempenhadas no POUPATEMPO, registre V, para assertiva verdadeira, e F, para falsa:

(__) Os servidores designados para o desempenho de atividades no POUPATEMPO as exercerão, diariamente, de segunda-feira a sábado, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais.

(__) O servidor não poderá perder o direito à percepção

da Gratificação pelo Desempenho de Atividades no POUPATEMPO em caso de cessação da designação para prestar serviços nos Postos do 'POUPATEMPO - Centrais de Atendimento ao Cidadão', mediante ato da autoridade que autorizou.

(__)O valor da gratificação pelo Desempenho de Atividades no POUPATEMPO incidirão os descontos previdenciários e de assistência médica.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA dos itens acima, de cima para baixo.

- (A) F, V, V.
- (B) F, F, V.
- (C) V, V, F.
- (D) V, F, V.
- (E) V, V, V.

Questão 36

(Correta: C)

De acordo com o Decreto nº 52.054/2007, que dispõe sobre as regras de compensação referente a ausência do servidor, classifique V, para assertiva verdadeira, e F, para falsa:

(__)Poderá o servidor até cinco vezes por mês, sem desconto em seu vencimento, salário ou remuneração, entrar com atraso nunca superior a quinze minutos na unidade onde estiver em exercício, desde que compense o atraso no mesmo dia.

(__)Até o máximo de três vezes por mês, será concedida ao servidor autorização para retirar-se temporária ou definitivamente, durante o expediente, sem qualquer desconto em seus vencimentos ou salários, quando a critério da chefia imediata, for invocado motivo justo, não podendo exceder a duas horas, exceto nos casos de consulta ou tratamento de saúde, previstos em lei.

(__)O servidor é obrigado a compensar, no mesmo dia ou nos três dias úteis subsequentes, o tempo correspondente à retirada temporária ou definitiva, desta forma se a ausência for igual ou inferior a trinta minutos, a compensação se fará pela fração necessária à compensação total, podendo o servidor, a critério da chefia imediata, compensar mais de um período num só dia.

Assinale a opção que corresponde a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) F, V, F.
- (B) V, F, F.
- (C) V, V, F.
- (D) F, F, F.
- (E) V, V, V.

Questão 37

(Correta: A)

Teletrabalho é a modalidade de prestação da jornada laboral em que o servidor ou empregado público executa parte ou a totalidade de suas atribuições fora das dependências físicas do seu órgão ou entidade de lotação. Sobre o prazo de autorização para realização da referida modalidade, é correto afirmar que:

- (A) A autorização para a realização do teletrabalho será por tempo determinado, com prazo máximo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada a critério da Administração.
- (B) A autorização para a realização do teletrabalho será por tempo determinado, com prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, incabível sua prorrogação.
- (C) A autorização para a realização do teletrabalho será por tempo determinado, com prazo máximo de 12 (doze) meses, incabível sua prorrogação.
- (D) A autorização para a realização do teletrabalho será por tempo determinado, com prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogada a critério da Administração.
- (E) A autorização para a realização do teletrabalho será por tempo indeterminado, mediante justa justificativa.

Questão 38

(Questão anulada)

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. Sobre o tema, nos moldes da Lei nº 11.788/2008, marque a alternativa correta.

- (A) A filial ou agência da instituição que reincidir na irregularidade de manutenção de estagiários em desconformidade com legislação regulamentadora, não ficará impedida de receber estagiários, no entanto, terá seu quadro reduzido pela metade, nos termos da lei.
- (B) Dentre outros deveres, é obrigação das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos, celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar.
- (C) A duração do estágio, independente do concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

- (D) Os órgãos da administração pública autárquica de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, podem oferecer estágio, e deve observar diversas obrigações, no entanto, o órgão ao contratar um estagiário, não precisará contratar em favor deste, o seguro contra acidentes pessoais.
- (E) A manutenção de estagiários em desconformidade com legislação regulamentadora não caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Questão 39

(Correta: A)

Sobre o auxílio por incapacidade temporária, nos moldes do Decreto n.º 3.048/1999, é correto afirmar que:

- (A) O auxílio por incapacidade temporária será devido ao segurado que, uma vez cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos, conforme definido em avaliação médico-pericial.
- (B) Não será devido auxílio por incapacidade temporária, independentemente do cumprimento de período de carência, aos segurados obrigatório e facultativo quando sofrerem acidente de qualquer natureza.
- (C) Será devido auxílio por incapacidade temporária ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) já portador de doença ou lesão invocada como causa para a concessão do benefício.
- (D) O segurado em gozo de auxílio por incapacidade temporária na data do recolhimento à prisão continuará usufruindo do seu benefício.
- (E) Será devido o auxílio por incapacidade temporária ao segurado recluso em regime fechado.

Questão 40

(Correta: E)

De acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências), sobre o motivo que constituem para rescisão do contrato. Classifique com V, para assertiva verdadeira, e F, para falsa:

- (__) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.
- (__) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento.
- (__) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, sem necessidade de comprovação, impeditiva da execução do contrato.
- (__) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o

contraditório e a ampla defesa.

Marque a alternativa que corresponde a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) V, V, F, F.
- (B) V, F, F, V.
- (C) F, V, V, V.
- (D) V, V, V, V.
- (E) V, V, F, V.

Questão 41

(Correta: A)

De acordo com a Portaria SPPREV (São Paulo Previdência) nº 90/2019, que dispõe sobre cobrança de pagamentos indevidos de benefícios previdenciários, constatada a existência de débito, marque a alternativa correta.

- (A) O(s) devedor(es) ou responsável(eis) será(ão) notificado(s) para restituí-lo ou firmar acordo de pagamento, no prazo de 15 dias.
- (B) O(s) devedor(es) ou responsável(eis) será(ão) notificado(s) para restituí-lo ou firmar acordo de pagamento, no prazo de 10 dias.
- (C) O(s) devedor(es) ou responsável(eis) será(ão) notificado(s) para restituí-lo ou firmar acordo de pagamento, no prazo de 30 dias.
- (D) O(s) devedor(es) ou responsável(eis) será(ão) notificado(s) para restituí-lo ou firmar acordo de pagamento, no prazo de 8 dias.
- (E) O(s) devedor(es) ou responsável(eis) será(ão) notificado(s) para restituí-lo ou firmar acordo de pagamento, no prazo de 20 dias.

Questão 42

(Correta: D)

Sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, classifique com a letra V, para assertiva verdadeira, e F, para a falsa:

- (__) Regime de origem é o regime previdenciário ao qual o segurado ou servidor público esteve vinculado sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão para seus dependentes.
- (__) Regime instituidor é o regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado ou servidor público ou a seus dependentes com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem.
- (__) O valor da compensação financeira devida pelo Regime Geral de Previdência Social não poderá ser reajustado nas mesmas datas e pelos mesmos índices de reajustamento dos benefícios da Previdência Social, mesmo que tenha prevalecido, no primeiro mês, o valor

do benefício pago pelo regime instituidor.

Marque a alternativa que corresponde a sequência correta, de cima para baixo:

- (A) V, F, F.
- (B) F, V, F.
- (C) F, V, V.
- (D) V, V, F.
- (E) V, V, V.

Questão 43

(Correta: B)

Em qual data os entes federativos deverão encaminhar à SPREV (São Paulo Previdência) o Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA? Marque a alternativa correta.

- (A) O DRAA deverá ser encaminhado até o dia 31 de dezembro de cada exercício.
- (B) O DRAA deverá ser encaminhado até o dia 31 de março de cada exercício.
- (C) O DRAA deverá ser encaminhado até o dia 31 de maio de cada exercício.
- (D) O DRAA deverá ser encaminhado até o dia 31 de janeiro de cada exercício.
- (E) O DRAA deverá ser encaminhado até o dia 31 de agosto de cada exercício.

Questão 44

(Correta: D)

De acordo com o Decreto Federal nº 3.788/2001, tratando-se do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, assinale a opção correta:

- (A) O CRP é emitido para entidades da Administração Pública estadual e municipal, não da União.
- (B) O CRP é emitido apenas para fins de certificação de regularidade fiscal, não previdenciária.
- (C) O CRP é emitido exclusivamente para entidades privadas, não para entidades públicas.
- (D) O CRP é conferido às entidades da Administração Pública da União para certificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 9.717/1998.
- (E) O CRP é conferido automaticamente a todas as entidades da Administração Pública da União, independentemente do cumprimento dos requisitos disposto em lei.

Questão 45

(Correta: E)

As demonstrações contábeis são constituídas pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, dentre outros. Sobre os três Balanços citados, associe as colunas 1 e 2, utilizando o código a

seguir:

Coluna 1

- I. Balanço Orçamentário.
- II. Balanço Financeiro.
- III. Balanço Patrimonial.

Coluna 2

(__)É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

(__)Evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

(__)É a demonstração contábil que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentárias, comparando os valores previstos e fixados com os efetivamente realizados.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) I, III, II.
- (B) I, II, III.
- (C) II, III, I.
- (D) III, I, II.
- (E) III, II, I.

Questão 46

(Correta: C)

O servidor ou empregado público excluído do teletrabalho, por descumprimento dos deveres descrito em lei, terá penalidades, dentre elas, marque a alternativa correta.

- (A) Somente poderá participar novamente desta modalidade após o decurso do prazo de 1 (um) anos, contado da data de seu retorno às dependências físicas do órgão ou entidade.
- (B) Somente poderá participar novamente desta modalidade após o decurso do prazo de 6 (seis) meses, contado da data de seu retorno às dependências físicas do órgão ou entidade.
- (C) Somente poderá participar novamente desta modalidade após o decurso do prazo de 2 (dois) anos, contado da data de seu retorno às dependências físicas do órgão ou entidade.
- (D) Somente poderá participar novamente desta modalidade após o decurso do prazo de 4 (anos) anos, contado da data de seu retorno às dependências físicas do órgão ou entidade.

(E) Somente poderá participar novamente desta modalidade após o decurso do prazo de 3 (três) anos, contado da data de seu retorno às dependências físicas do órgão ou entidade.

Conteúdo Geral

Questão 47

(Correta: A)

De acordo com a Lei Complementar n.º 10.294/1999 – Dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo e dá outras providências, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A notificação, a intimação ou o aviso relativos à decisão administrativa, que devam ser formalizados por meio de publicação no órgão oficial, somente serão feitos a partir do dia em que o respectivo processo estiver disponível para vista do interessado, na repartição competente.
- (B) Os prestadores de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem ao usuário, a terceiros e, quando for o caso, ao Poder Público, vedado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (C) O direito à informação será sempre assegurado, mesmo nas hipóteses de sigilo previstas na Constituição Federal.
- (D) O planejamento e o desenvolvimento de programas de capacitação gerencial e tecnológica, na área de recursos humanos, aliados a utilização de equipamentos modernos, são dispensáveis à boa qualidade do serviço público.
- (E) O processo administrativo para apuração de ato ofensivo às normas desta lei compreende quatro fases: instauração, instrução, decisão e cumprimento de pena.

Questão 48

(Correta: A)

De acordo com a Lei n.º 12.527/2011 – Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do Art. 5º, no inciso II do § 3º do Art. 37 e no § 2º do Art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É facultativo aos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- (B) Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

(C) Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.

(D) O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.

(E) É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

Questão 49

(Correta: D)

De acordo com a Portaria SPPREV 188/2010 – Institui a Ouvidoria na São Paulo Previdência., analise as assertivas e identifique as corretas:

I.O Ouvidor será um servidor da São Paulo Previdência, já designado por ato do Diretor Presidente.

II.O Ouvidor deve reportar-se diretamente ao dirigente do órgão no exercício de suas funções e atuar em parceria com os agentes públicos a fim de promover a qualidade do serviço, a busca da eficiência e da austeridade administrativa.

III.A Ouvidoria se pautará pelos princípios do sigilo, formalidade e celeridade.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, apenas.

Questão 50

(Correta: A)

Considere as afirmativas relacionadas o Decreto n.º 64.355/2019 – Institui o Programa SP Sem Papel, seu Comitê de Governança Digital e dá providências correlatas. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

São objetivos do Programa SP Sem Papel:

(__) Produzir documentos e processos eletrônicos com segurança, sigilo, sem gastos, sustentabilidade ambiental e, sempre que possível, de forma heterogeneizada.

(__) Imprimir maior eficácia e celeridade aos processos administrativos.

(__) Assegurar a proteção da autoria, da autenticidade, da integridade, da disponibilidade e da legibilidade de documentos digitais, observadas as disposições da Lei

Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

(__)Assegurar a gestão, a preservação e a segurança de documentos e processos eletrônicos no tempo.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

- (A) F, V, V, V.
- (B) V, F, V, F.
- (C) F, V, F, V.
- (D) F, F, V, V.
- (E) V, V, V, V.